



Especialista cubana encerra ciclo de debates sobre 30 anos da Febem

Fonte: Assessoria de Imprensa

15/12/2003

Caridad Navarrete Calderón, professora titular da Universidade de Havana e pesquisadora do Centro de Investigações do Ministério da Justiça de Cuba, participará do último debate do ciclo "Juventude Atrás das Grades: 30 Anos de Febem", promovido pela Comissão de Direitos Humanos da OAB SP. O debate será realizado nesta quarta (17/12), às 18h, no salão nobre da OAB SP, à Praça da Sé, 385, 1º andar. O ciclo foi iniciado em 4 de dezembro, com o objetivo de refletir sobre a história da Febem, que completou 30 anos no último dia 12, e discutir soluções para a sua crise permanente.

O Centro de Investigações do Ministério da Justiça cubano é especializado em projetos de prevenção da violência juvenil, tema que será abordado por Caridad Navarrete Calderón. Outro participante do ciclo será o jurista Dalmo de Abreu Dallari, professor da Faculdade de Direito da USP, que falará sobre a inconstitucionalidade das propostas de redução da idade penal e sobre a efetivação dos direitos da criança e do adolescente no Brasil. Participarão ainda padre Júlio Lancellotti, coordenador do Cedeca Belém, Maria Lúcia Prandi, deputada estadual e ex-relatora da CPI da Febem e Sueli Riviera, promotora de Justiça da Vara Especial da Infância e da Juventude, que debaterão os 30 anos de funcionamento da Febem. Mais informações na Assessoria de Imprensa da OAB SP pelos telefones 3291-8175/82.



Reportagens

16/12/2003

DIREITOS HUMANOS

Há 30 anos, Febem-SP falha na recuperação de menores infratores

Entidade completou três décadas com pouco a comemorar. Desde o seu nascimento, investe numa política de encarceramento dos menores infratores e não de sua recuperação social. O resultado são complexos superlotados, rebeliões e a prática institucionalizada da tortura.

MARIA PAOLA DE SALVO - 17/12/2003

A Febem (Fundação Estadual do Bem Estar do Menor) de São Paulo completou 30 anos na última sexta-feira (12) envolta em irregularidades e com pouco a comemorar. Nascida sob a repressão da ditadura militar em 1973, a instituição teve a "infância" e adolescência tão problemáticas quanto as dos menores que hoje abriga - as primeiras denúncias de tortura e maus-tratos vieram à tona já em 1977. A passagem para a vida adulta não foi diferente, marcada por rebeliões com mortes como a de Imigrantes, em 1999, e os freqüentes motins das problemáticas unidades de Franco da Rocha.

Em crise permanente, a instituição completa três décadas marcada pela política truculenta e violenta de encarceramento em grandes complexos, sem ter assimilado ainda as medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), promulgado em 1990. Trocou de presidente mais de 60 vezes. É freqüente alvo de denúncias por parte do Ministério Público Estadual e já se tornou presença obrigatória em relatórios de entidades ligadas aos direitos humanos e de organizações internacionais, como a Anistia Internacional e a ONU (Organização das Nações Unidas).

"A Febem não tem nada a comemorar, e a única solução é a sua extinção". A avaliação é do professor doutor da Faculdade de Educação da USP Roberto da Silva, 42. Ele fala com o conhecimento de quem viveu dos três aos 17 anos confinado atrás dos muros da fundação e acompanhou a história da instituição de perto. Após a separação dos pais, veio com a mãe e três irmãos de São José dos Campos (SP) para São Paulo. Passaram fome e perambularam pelas ruas durante quatro meses, até serem atendidos pelo Juizado de Menores, que determinou a internação das crianças na Febem - na época (1964), a entidade também abrigava menores carentes e abandonados.

Há quarenta anos, o tratamento dado aos menores infratores e carentes era pautado pela Política Nacional do Bem Estar do Menor (PNBEM) e aplicado pela Fundação Nacional do Bem Estar do Menor, a Funabem, criada em 1964 e que depois daria lugar às Febems. Baseados no código de menores de 1927, que previa o encarceramento, os militares pretendiam conter a criminalidade por meio do controle da população marginalizada, dentro do espírito da Doutrina de Segurança Nacional.

Foi essa a política que fundamentou a criação da Fundação Paulista de Promoção Social do Menor - Pró-Menor, em 12 de dezembro de 1973, apesar das pesadas críticas de setores da sociedade ao tratamento previsto no código de 1927. Em abril de 1976, a Pró-Menor se transformava na Febem. "Mais do que simples mudança nominal, a alteração evidenciou a adesão explícita às orientações gerais estabelecidas pela Funabem", ressalta o professor de história da USP, Fábio Bezerra de Brito. Policiais militares no lugar de monitores e carentes convivendo no mesmo espaço de infratores. Esta era a estrutura da instituição que nascia em 1976 e que deixaria seus rastros até hoje nos grandes complexos de Franco da Rocha e Tatuapé.

Para Roberto da Silva, a construção de todo esse sistema não foi obra do acaso. "Existia uma intencionalidade por parte dos militares: a de retroalimentação da violência. Neste ponto, a Febem foi muito bem-sucedida, porque criminalizava as crianças órfãs ao mesmo tempo em que alimentava a violência e aumentava o poder dos militares", explica.

De fato, quase 50% dos primeiros filhos da "geração Febem" viraram criminosos ou ajudaram a engrossar o número de presos do sistema carcerário. O destino de Roberto, hoje doutor, é exceção comparado à trajetória de seus colegas.

Durante 1997, ele levantou os casos de meninos internados na Febem de São Paulo, órfãos ou abandonados, que lá permaneceram por, pelo menos, dez anos consecutivos. Os internos não deveriam ter qualquer antecedente de atos infracionais e deveriam ter iniciado seu período de internação na primeira infância. Encontrou 370 meninos com os requisitos em mais de dez mil casos analisados. Do total desta amostra, 35,9% (135) transformaram-se em delinquentes na vida adulta. "É acidental que a primeira geração de crianças tenha se transformado num bando de criminosos?", questiona.

Passados 30 anos, a Febem continua tendo de lidar com altos índices de reincidência e criminalização. Dados do censo do sistema penitenciário revelam que 15% da população carcerária do Estado passou pelas unidades da Febem. Além disso, 19% dos 6.623 internos de hoje voltam à instituição depois que saem dela.

Complexos de rebeliões

Com 69 unidades em todo o Estado, a Febem, desde sua fundação, jamais teve uma política de longo prazo para a construção de novas instalações para os menores. Desde a criação da Pró-Menor, a prioridade sempre foi dada aos grandes complexos. A maior parte das instalações são adaptações de estruturas construídas originalmente no início do século 20, como a Unidade de Triagem Sampaio Viana (antiga Roda da Santa Casa), e o complexo do Tatuapé, onde ficava o Instituto Modelo de Menores do Tatuapé.

A montagem da estrutura física da Febem começou, de fato, em 1976, e de lá para cá pouca coisa se alterou. São dessa época os complexos de Raposo Tavares e de Imigrantes, que abrigaria uma das piores rebeliões da história da instituição, em 1999. Por conta disso, o primeiro presidente da instituição, João Benedicto de Azevedo Marques, já enfrentava, em 76, os pesadelos da superlotação e da rebelião que tirariam o sono de governadores no futuro. A Febem nascia superlotada. "A superlotação começava já nos antigos RPMs [Recolhimento Provisório de Menores]. Onde a capacidade era 100, havia 600 internos", afirma Marques, que diz sentir-se magoado com o atual estado da fundação.

Em agosto deste ano, o Ministério Público Estadual denunciava a superlotação na Unidade de Atendimento Inicial (UAI) do Brás, onde 700 internos eram literalmente espremidos em salas com capacidade para 62 pessoas. Pressionada pelo Ministério Público Estadual, que dava o prazo até 18 de novembro para a resolução do problema, a Febem transferiu os jovens para outras unidades já superlotadas. Mais uma vez a instituição optava pela estratégia do improviso e da adaptação. Dos 700 internos, 250 foram para o centro olímpico da unidade desativada de Raposo Tavares, que recebeu uma reforma. O restante foi encaminhado para as unidades de Tatuapé e Vila Maria, que, segundo informações da Febem, operam 6% acima do limite de suas capacidades.

O inchaço da UAI do Brás é reflexo, principalmente, da desativação e destruição do complexo de Imigrantes. Em 1992, depois da destruição de 14 das 16 unidades do complexo de Tatuapé, boa parte dos internos foram encaminhados provisoriamente para a unidade de Imigrantes, que antes abrigava carentes. O que era provisório ficou definitivo e o complexo começou a inchar. Em 1999, explodiu com uma rebelião que culminou com a tomada de reféns e a morte de quatro internos - um chegou a ser degolado.

Com a unidade destruída pelo fogo, os internos tiveram como destino a unidade do Brás e presídios como o Centro de Observação Criminológica do Carandiru e Cadeião de Pinheiros. Outros foram enviados para a unidade de Franco da Rocha, que ficou pronta em 2000 por obra da mesma construtora do complexo de Bangu, no Rio de Janeiro.

"As estruturas cheias favorecem as rebeliões, que causam as transferências, que por sua vez contribuem para a superlotação, como num ciclo vicioso", explica o promotor de Justiça da Vara Especial da Infância e da Juventude, Wilson Tafner. Assim, em vez de resolvidos, os problemas são apenas transferidos de unidade para unidade.

Para a presidência da Febem São Paulo, as rebeliões são atos de uma minoria de internos, que representam menos de 2% do total de menores sob responsabilidade da fundação. "Eles destroem a imagem de todo um trabalho que os outros 98% realizam", declarou Paulo Sérgio de Oliveira e Costa, presidente da entidade. "Mas é esta minoria que consegue alcançar as telas de TV, as páginas de jornais e as ondas do rádio, por meio de suas atitudes selvagens e irresponsáveis", disse.

No início desta semana, a entidade divulgou a oitava morte de menores sob sua responsabilidade somente este ano. De acordo com a instituição, na madrugada do domingo (14) domingo, após uma briga entre grupos rivais na unidade de Iaras, no interior paulista, o jovem Ronaldo Xavier foi morto a golpes de facas improvisadas com restos de metais. Outros quatro jovens ficaram feridos, um deles em estado grave. A briga teria envolvido 40 dos 64 adolescentes internados nos dois módulos da unidade. A Febem instalou mais uma sindicância para saber se houve negligência ou omissão de funcionários.

Novas unidades

Além da desativação da unidade 30 de Franco da Rocha prevista para o final de dezembro, o governo do Estado aposta na descentralização e construção de unidades menores para resolver o problema das rebeliões e aumentar as chances de reabilitação dos menores. Segundo a Febem, a instituição deu início a esse processo com a inauguração, em julho deste ano, da unidade de internação Tietê, localizada no Bairro de Vila Maria, na capital paulista.

Com quatro módulos de 30 vagas cada um, o prédio tem servido, segundo a Febem, como modelo de arquitetura e segurança para todas as unidades em construção de São José dos Campos e de Ribeirão Preto. Trata-se de uma unidade de alta segurança, com muros de sete metros de altura, o que contraria o ECA.

Mesmo assim, passados três meses da inauguração, a unidade já registrou sua primeira rebelião, com 60 menores, em novembro último. O tumulto - que durou cerca de uma hora - teria começado após uma tentativa de fuga frustrada. Os internos incendiaram colchões e fizeram dois funcionários reféns, mas não houve feridos. A Febem de Vila Maria, módulo 3, tem capacidade para abrigar 96 meninos, mas atualmente estão recolhidos no local 110 jovens. Dias antes do motim, a Febem afastava um dos diretores da unidade.

Este modelo de nova unidade, considerado o ideal para o governo do Estado, não é o defendido por entidades ligadas aos direitos humanos e previsto no ECA. Para o advogado Ariel de Castro Alves, as novas unidades devem ser construídas fora da capital - obedecendo ao projeto de descentralização - e poderiam ter por base a estrutura do Núcleo de Atendimento Integrado (NAI), que funciona em São Carlos, ou dos internatos.

O NAI de São Carlos é referência nacional de serviço eficaz e educativo. Gerenciado pela própria comunidade e contando com recursos da iniciativa privada, o núcleo tem conseguido evitar que jovens do município sejam internados na capital e contribuam para o inchaço dos grandes complexos. Além das medidas em meio aberto, como a liberdade assistida, o NAI também dispõe de uma chácara, administrada pela entidade Salesianos, para a execução da medida de semiliberdade em meio fechado. No local, jovens autores de crimes como homicídios e roubos que poderiam estar na capital desenvolvem atividades como artesanato e oficinas pedagógicas.

Leia também

- > **Febem tortura Estatuto da Criança e do Adolescente**
- > **Estado se mostra ausente para a solução dos problemas**





Carta
Maior

Agência de Notícias

Reportagens

15/12/2003

DIREITOS HUMANOS

Febem tortura Estatuto da Criança e do Adolescente

Maus-tratos, torturas e violência por parte de funcionários são os responsáveis por situar a Febem em vários relatórios de violações de direitos humanos de organizações internacionais e entidades civis.

MARIA PAOLA DE SALVO - 17/12/2003

A superlotação e os grandes complexos que dificultam a implementação das medidas socioeducativas estão longe de ser as únicas violações ao Estatuto da Criança e do Adolescente praticadas dentro da Febem. Maus-tratos, torturas e violência por parte de funcionários são os responsáveis por situar a entidade em vários relatórios de violações de direitos humanos de organizações internacionais e entidades civis.

A primeira ação civil pública formulada pelo Ministério Público Estadual (MPE) contra a fundação aconteceu em 1992, denunciando os maus-tratos da unidade do Tatuapé. Atualmente, há 396 investigações em curso, 293 por maus-tratos. Nos últimos quatro meses, o Ministério pediu a instauração de 211 inquéritos por crimes de tortura. Nove processos estão andamento, com 116 réus.

"É triste saber que persiste na Febem, ainda que em dimensão decrescente, uma postura repressiva, a despeito da filosofia calcada em medidas sociopedagógicas que temos até obsessivamente pregado", disse o presidente da entidade, Paulo Sérgio de Oliveira e Costa, numa declaração oficial.

As primeiras denúncias vieram a público já em 1977, um ano após a criação da Febem, quando a imprensa começou a mostrar o que os muros da instituição ocultavam. Esquemas de corrupção e aliciamento de menores, articulados entre funcionários e policiais, também vieram à tona.

"No final do regime militar, havia torturas em muitas salas dos complexos, principalmente nas chamadas "cafuas", quartos de isolamento em que se colocavam os meninos que desobedeciam as regras. Embora eu nunca tenha presenciado nada, todo mundo sabia", lembra Maria Aparecida Tonetti, funcionária da Febem desde 1983 e hoje coordenadora das unidades femininas.

Na publicação da Febem da época, chamada *Diálogo* (publicada de 1976 a 1984), não se encontram referências a propostas para romper com a lógica carcerária e implantar projetos pedagógicos. Da primeira denúncia até hoje, o Estado empreendeu algumas tentativas de reformas. Porém, "a maioria fracassava, esbarrando na resistência de funcionários contrários às mudanças", afirma o professor de história da USP, Fábio Bezerra de Brito.

Em 1986, começava a luta de movimentos ligados aos direitos humanos para a formulação do ECA, promulgado em 1990, quando o então governador Orestes Quércia prometeu acabar com a Febem e instalar unidades descentralizadas. "A descentralização não ocorreu, e a persistência dos grandes complexos impedia o desenvolvimento de trabalhos educativos", lembra Brito.

A luta para fazer valer o ECA no cotidiano dos funcionários foi maior do que a batalha para a promulgação do Estatuto. Maria Aparecida Tonetti afirma que enfrentou grandes dificuldades durante o processo de transferência do Código de Menores de 1979 para o ECA. "Os técnicos acreditavam no ECA, mas boa parte dos funcionários acabava resistindo às orientações pedagógicas", ressalta.

A Febem se defende e afirma que está desenhando um projeto pedagógico comum a todas as unidades, numa ação conjunta entre a Secretaria da Educação e demais parceiros. Além disso, diz que há muitas coisas boas sendo realizadas dentro de todas as unidades, como o projeto Febem Arte. Coordenado pela supervisão cultural da instituição, o Febem Arte oferece 5 mil vagas mensais em 332 diferentes oficinas

culturais, como teatro, circo e danças folclóricas.

A assessoria de imprensa da Febem informou que, desde a posse da atual presidência, em janeiro passado, todas as denúncias vêm sendo investigadas e os responsáveis, punidos. Foi criada uma ouvidoria e 722 sindicâncias estão em andamento, parte delas referente a maus-tratos. Cerca de 290 funcionários já foram afastados, 67 deles por justa causa, por envolvimento em violência, facilitação de fuga ou entrada de armas ou drogas.

De acordo com o advogado da Comissão de Direitos Humanos da OAB, Ariel de Castro Alves, a Fundação fere e tem ferido, desde a promulgação do ECA, ao menos dez pontos do Estatuto. "O governo nunca se comprometeu a acabar de fato com os grandes complexos e priorizar os investimentos em pequenas unidades", afirma Alves.

Leia também

- > **Há 30 anos, Febem-SP falha na recuperação de menores infratores**
- > **Febem tortura Estatuto da Criança e do Adolescente**





Reportagens

15/12/2003

DIREITOS HUMANOS

Estado se mostra ausente para a solução dos problemas

Na avaliação do presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de São Paulo, deputado Renato Simões (PT), o governo não tem um projeto para a Febem.

MARIA PAOLA DE SALVO - 17/12/2003

Na avaliação do presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de São Paulo, deputado Renato Simões (PT), o governo não tem um projeto para a Febem. "Não é por falta de contribuição. Em 1999 foi entregue uma proposta de projeto pedagógico com metas de curto, médio e longo prazo, mas nada foi feito", diz. "O governo do Estado investiu na política errada, numa concessão aos setores conservadores da sociedade", afirma.

Nos últimos anos, a Febem passou por duas secretarias de Estado - 'Assistência e Desenvolvimento Social' e 'Esporte e Lazer'. Quando foi assumida pela Secretaria de Educação no final de 2002, a intenção do Estado era aumentar o caráter socioeducativo das medidas de internação. "Não adianta mudar o bolo de prato se a receita continuar a mesma", diz o padre Júlio Lancelotti, há 30 anos envolvido em projetos de recuperação de internos.

Subordinada ao secretário estadual de educação, Gabriel Chalita, a entidade tenta agora transferir algumas de suas atividades para o terceiro setor. Desde março, a Febem vem preparando o terreno para a entrada de empresas, ONGs, fundações e universidades na instituição. Mais de 70 delas já são parceiras da Febem, numa política de aproximar a sociedade da instituição iniciada em março deste ano pela gestão de Geraldo Alckmin. "O governo tem dado total ênfase à qualificação e recolocação do jovem no mercado de trabalho nas políticas de ressocialização", afirma o assessor de parcerias da Febem, Paulo Freixo.

Mas o advogado Ariel de Castro Alves, da Comissão de Direitos Humanos da OAB, é taxativo quanto à possibilidade de organizações não-governamentais atuarem na educação dos jovens internos. Com a adoção das parcerias, "o Estado está reconhecendo que até hoje não teve competência para educar esses menores", conclui.

Mudança de perfil

A evolução da criminalização dos jovens também foi acompanhada por uma mudança do perfil do adolescente infrator. No final da década de 70 e começo da de 80, os furtos dos chamados "trombadinhas" eram os principais passaportes para a entrada na instituição. "Assaltos, latrocínios e homicídios eram impensáveis na época", conta o advogado João Benedicto de Azevedo Marques, primeiro presidente da Febem.

Essa realidade começaria a mudar na década de 90, com o aumento da exclusão social, o desastre do milagre econômico e, principalmente, com a infiltração do tráfico de drogas nas populações carentes. Hoje, segundo dados da Febem, o roubo é o principal responsável pelo ingresso de jovens na instituição - 60% dos infratores internados cometeram esse delito. Dos jovens internados, 10,4% são autores de assassinatos, 10% são traficantes, 5,6% responsáveis por furtos, 3,1% por latrocínios (assaltos com morte). Outros 3,5% continuam confinados por ter descumprido as medidas aplicadas pelos juízes ou a liberdade assistida.

Leia também

- > **Há 30 anos, Febem-SP falha na recuperação de menores infratores**
- > **Estado se mostra ausente para a solução dos problemas**

Q Jovem deveria sair e a saída da Libem p a escola e vaga na escola

LUTA DE MODELOS em debulamento dos pedagogia

políticas, opiniões públicas e mídia - ideologia da seq hegemonia vence com a ideologia da sequencia
foi o modelo da arquitetura pedag & seq
Caro Unidade Vila Rica

Sueli Rivera - 52 anos e código de menor
Promotora 15 anos 10 anos c/ECA atualmente

"Uma sociedade produz jovens infratores" Sueli Rivera

A mudança a academia a uma prática social

lung do povo e trazer ao acadêmicos e o acadêmico ir ao povo

paradigma atualizante

involução - ações participativa

Walrus

Constituinte de 1988 em fdo Governante aprova a comissão p a redução da maioridade penal - governo não impõe a condutores - com Unicidade - 1º lugar. orçamento - governo estadual aprova denunciar a alteração da sua omnia
A lei estabelece as condições e o que fazer com ele respeito, aloj, adequação de lug, e validade recebe exatidão e profissionaliza, cultura, esporte e lazer
polícia e promotor do adolescente
A legislação no mundo tem várias maioridade - No fato de votar dá a faculdade de votar aos 16 anos e Fases jurídicas. lo pudesos sociais, n obrigatório antropologia

14 anos de idade no direito brasileiro - fazer a adolescência de 14 anos e tipo de violência nos pode presumir que ela pode
O código mantém maioridade dos 18 anos
Vender menores no a 16 anos
da maioridade trabalhista (pagar o salário de maior)

O supressão - vários espécies a maioridade civil, trabalhista, etc (nas convenções a 18 anos a redução)
A responsabilidade penal impõe no âmbito jurídico - nos compromissos jurídicos, obrigatório regim da convenção da ONU em 1985

Artigo 1º da ONU - entende p a criança toda ser humana no menor de 18 anos - ONU - UNESCO - UNICEF - de 12 anos e a de 12 a 18 (nas tem efeito jurídico) tem direito especiais CF 88 - e da - e direito p está completando sua formação